

Só a *Continuidade da* luta te garante

NANDO NEVES

Terceirização em todas as atividades e funções de bancos e empresas, ameaçando a existência de diversas categorias, inclusive a dos bancários; retirada de direitos através da reforma trabalhista que literalmente rasga a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho); reforma da previdência que inviabiliza o direito dos trabalhadores se aposentarem; corte de investimentos em programas e áreas sociais fundamentais pelos próximos 20 anos; privatizações de empresas e bancos públicos; entrega do Pré-Sal para o capital internacional; criminalização dos movimentos sociais. Estes são alguns dos ataques que os bancários e todos os trabalhadores sofrem na atual conjuntura política, cirurgicamente planejada pelas classes dominantes.

A crise econômica, forjada pelas elites, é um golpe para que somente você, trabalhador, pague a conta e uma desculpa para que o governo Temer e governos estaduais e municipais atendam a um antigo sonho dos empresários: roubar direitos e achatar salários dos trabalhadores para acumular ainda mais riqueza. É o Estado a serviços dos ricos. Os bancos que o digam. Ganham como sempre e não estão nem aí para a crise. Somente a mobilização popular pode barrar este projeto.

Confira, na página 4, detalhes do Dia Nacional de Greves e Manifestações em que, no Rio, foi realizado passeata e um protesto em frente à Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro).

Nosso lema não acabou com a campanha salarial. Só você, na luta, garante um Brasil justo e melhor para todos os brasileiros.



Trabalhadores na passeata da Candelária à Alerj, na última sexta-feira, 11, protestaram contra os ataques dos governos Temer e Pezão

FOTOS: ROBSON MONTE



Por que votar sim na Cassi

Desde o último dia 11, os associados ativos e aposentados da Cassi participam da consulta sobre o acordo negociado entre o Banco do Brasil e entidades representativas dos associados – Contraf-CUT e sindicatos filiados, Anabb, AAFBB e FAABB. A diretora do Sindicato, Rita Mota, representante do Rio de Janeiro na Comissão de Empresa dos Funcionários, lembra que a Contraf-CUT, a Comissão e todas as associações, apoiam a aprovação, que preserva integralmente os direitos dos participantes, programas de saúde, como o fornecimento de medicamentos, o atendimento domiciliar a doentes crônicos e a sustentabilidade da Cassi.

A solução foi construída em dois anos de negociação. As entidades do funcionalismo rejeçaram a proposta inicial do BB, que jogava nas costas dos associados a cobertura do déficit e acabava com o caráter solidário que sempre foi a maior força da Cassi. Depois de muita pressão o banco admitiu que precisava arcar com seus compromissos e realizar os aportes negociados. O acordo reequilibra as contas e garante a tranquilidade do associado e sua família.

Abaixo listamos levantamento elaborado pela ANABB, com vários esclarecimentos adicionais que podem ajudar os funcionários do BB a entender plenamente o que foi acordado no Memorando de Entendimentos, assinado entre o banco e as entidades, e votar “Sim” na consulta que está sendo realizada pela Cassi.

1. Investimento do BB

O valor a ser investido mensalmente pelo BB, de R\$ 23 milhões, não será na forma de custeio, mas sim a título de ressarcimento de custos em programas de promoção da saúde e prevenção de doenças vinculados ao “Plano de Associados da Cassi”. O valor representa a média mensal dos últimos 12 meses com as despesas nos “Programas de Atenção Domiciliar (PAD)”, e “Po-



Rita Mota (terceira à direita) durante mesa de negociação. O Sindicato e a Contraf-CUT apoiam o voto “sim” na consulta realizada pela Cassi

lítica de Assistência Farmacêutica (PAF)”, coberturas especiais e estrutura própria das CliniCASSI.

2. Reajuste pelo IPC/Fipe Saúde

Os investimentos adicionais, da parte do BB, em prevenção e promoção da saúde (os R\$ 23 milhões), até dezembro de 2019, serão reajustados pelo índice IPC/Fipe Saúde.

3. O que são projetos estruturantes

O Memorando contempla a realização de projetos estruturantes financiados pelo BB para melhoria e revisão de processos e sistemas que aperfeiçoem o modelo de gestão e governança. O acordo prevê o pagamento pelo BB de uma consultoria especializada para o diagnóstico dos sistemas de governança, gestão e operações da Cassi, visando otimizar recursos, reduzir despesas, melhorar eficiência, viabilizar parcerias, criar mecanismos de uso racional dos serviços e investir em programas direcionados à prevenção e à promoção da saúde dos associados. Os valores dos projetos, bem como as fontes de recursos para execução dos mesmos, devem vir dos estudos realizados pela consultoria.

4. Contribuições até dezembro de 2019

Prazo definido entre BB, Cassi e entidades que compõem a Mesa de Negociação como tempo necessário para maturação dos projetos estruturantes. O prazo será improrrogável.

5. Suspensão das contribuições extraordinárias

As contribuições e o ressarcimento extraordinário podem ser suspensos, mediante justificativa, conforme item 4.2 do Memorando de Entendimentos. Em um dos casos previstos, pode ocorrer suspensão, em até 60 dias após a entrega das propostas pela consultoria, se a Cassi deixar de analisá-las e/ou implementá-las. Outro exemplo de suspensão pode ocorrer 12 meses após a aprovação das propostas da consultoria pelas instâncias competentes da Cassi, que devem analisar se os resultados esperados forem alcançados. Nesses tipos de situação, por exemplo, poderá haver suspensão da contribuição do banco e dos associados. Ressalte-se que haverá prestação de contas pela Cassi, trimestralmente, ao BB, ao corpo social e às entidades que compõem a Mesa de Negociação.

6. Inclusão de artigo nas disposições transitórias do estatuto da Cassi?

O artigo 17 do Estatuto da Cassi ressalta que o limite de contribui-

ções dos participantes ao Plano de Associados é de 3%. Se o Conselho Deliberativo da Cassi simplesmente alterar o Regulamento do Plano, para fazer constar a contribuição extraordinária de 1%, vai gerar imediata violação estatutária, visto que o estatuto limita contribuições e veda acréscimos. A alteração do estatuto se faz necessária para evitar riscos jurídicos, como, por exemplo, abrir a possibilidade de qualquer associado processar a Cassi e anular a contribuição extraordinária, por violação do Estatuto.

7. Disposições transitórias – Prazo de validade improrrogável (31/12/2019)

Os departamentos jurídicos das entidades que integram a comissão de negociação chegaram ao entendimento de que será necessário incluir nas “Disposições Transitórias” do estatuto um novo artigo que disponha sobre o aporte da contribuição mensal extraordinária dos associados (correspondente a 1%), conforme propõe o Memorando de Entendimentos. Vale ressaltar que qualquer dispositivo incluído nas “Disposições Transitórias” tem prazo de validade e, nesse caso da Cassi, perde seus efeitos em dezembro de 2019.

8. Votação a partir de 11 de novembro

A ANABB realizou em 15 de outubro um evento com aproximadamente 150 representantes de entidades. Na ocasião foi solicitado pela mesa que os representantes promovessem reuniões com suas bases para que todos os associados tomassem conhecimento das propostas do Memorando. O prazo foi cumprido, mas vale ressaltar que se o “Memorando” tivesse sido aprovado logo após a sua realização, a Cassi já estaria contabilizando em seu caixa recursos da ordem de R\$ 120 milhões, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Subsede de Campo Grande:** Rua Manai, 180, CEP: 23052-090 – Campo Grande – Tel.: 2415-0725 - 2415-0159 – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Estagiária:** Larissa Rodrigues - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - **Tiragem: 22.000**

Sindicato realiza debate sobre combate ao racismo

O Sindicato dos Bancários do Rio realizou, na última segunda-feira, 14, no auditório da entidade, o debate “Visibilidade negra e Desigualdade no Sistema Financeiro”.

A presidenta Adriana Nalesso abriu o encontro destacando a importância da discussão sobre a questão racial e a discriminação no mercado de trabalho no Brasil.

“É inadmissível que um setor tão lucrativo ainda discrimine negros e negras. Apenas 24% da categoria é negra e infelizmente poucos se reconhecem como negros. Vivemos num país multirracial e é fundamental vencermos a discriminação racial”, disse.

DEBATE COM A FENABAN

O diretor da Secretaria de Combate ao Racismo da Contraf-CUT, Almir Aguiar, destacou que debates são fundamentais para a luta contra o preconceito.

“Em seu mais recente congresso, a Contraf-CUT criou a Secretaria de Combate ao Racismo e a Secretaria da Mulher, passos importantes no combate a toda a forma de discriminação no setor financeiro”, disse. O sindicalista lembrou que a categoria bancária é uma das primeiras a aprovar, em sua Conferência Nacional, a defesa de mais negros e negras no mercado de trabalho.

“O Censo de 2014 mostra um avanço no número de negros no setor bancário. Havia no primeiro Mapa da Diversidade, 19,3% de negros. Em 2014, já são 24,9%. Mas há ainda muito o que avançar se levarmos em conta que a população negra representa 53% do povo brasileiro”, acrescenta. Almir ressaltou que, no próximo dia 21 de novembro, o tema de debate com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) será a questão racial nos bancos. Criticou a atual conjuntura de ataques do governo Temer a programas e políticas sociais conquistadas nos últimos anos.

“Quando o governo propõe a PEC 241 (PEC 55, no Senado), que corta investimentos em programas como o bolsa família e o ProUni, a população negra é a mais atingida, por estar na base da pirâmide social”, afirma. Ele pediu que toda a categoria se una contra a sociedade preconceituosa para garantir um futuro mais justo e igualitário.



O Sindicato realizou um debate sobre a questão racial no mercado de trabalho bancário e na sociedade brasileira, na última segunda-feira, 14, no auditório da entidade

BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Mônica Custódio, que representou a CTB (Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) no encontro, lembrou da importância da realização, no ano passado, da passeata que deu visibilidade a questão da mulher negra no Brasil e cujo lema era “Nós não começamos hoje, mas viemos de longe”, numa alusão a trajetória histórica da luta contra os preconceitos de gênero e raça.

“Ficamos chocados quando vemos um assassinato bárbaro ou um ato de terrorismo no exterior, mas muitas vezes não nos indignamos quando jovens negros são assassinados em Madureira ou se tornam vítimas de bala perdida nas

comunidades pobres. A polícia no Brasil mata mais do que a guerra do Vietnã matou em dez anos”, critica. Denunciou ainda a farsa do mito da “democracia racial” no país e destacou a importância da comemoração dos 100 anos do samba como significado de luta, resistência e identidade da população e cultura negra.

HISTÓRIA DE RACISMO

O procurador do Ministério Público do Trabalho, PHD em Ciência Política pelo IUPERJ/UERJ e pós-doutorando em jornalismo pela USP (Universidade de São Paulo), Wilson Prudente, deu uma aula de história do racismo institucional e ideológico e do combate ao racismo no Brasil.

Ele é o relator da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, na OAB/RJ, que defende a tese de que esta prática foi um crime contra a humanidade.

“Foi um avanço importante o STF, por unanimidade, reconhecer a existência de racismo no mercado de trabalho e na sociedade brasileira”, disse. O procurador, autor do livro “Justiça Global, contas raciais no Supremo Tribunal Federal – o regime internacional de combate ao racismo”, apresentado no debate, fez relatos chocantes sobre a violência contra negros no Brasil durante a escravidão.

“Cerca de 70% dos negros que sobreviveram as viagens e chegavam ao nosso país nos navios negreiros, eram jovens e meninos, não tinham mais que 18 anos e sofriam todo tipo de violência e castigo”, acrescenta. Fez um breve relato da Revolta da Chibata, quando o marinheiro João Cândido, liderou um movimento na Marinha contra as torturas de oficiais brancos contra os marinheiros negros, mulatos e nordestinos e em novembro de 1910, assumiu o controle dos principais navios da frota, direcionando os canhões para a Baía de Guanabara e contra o Palácio do Catete, na época sede do poder federal.

O palestrante considerou o levante o primeiro e único autêntico movimento de massa na história do Brasil.

No final, Prudente expressou sua indignação e preocupação contra a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA, “um nazista e louco”, segundo ele, que “em poder do maior arsenal nuclear do mundo, coloca a existência do planeta em risco”. Lembrou ainda da reação e da violência racista quando aquele país colocou a primeira família negra na Casa Branca, com a eleição de Barack Obama.

Destacou ainda a importância do movimento sindical na questão racial, a quem considera a vanguarda da luta contra o preconceito racial no país.

A diretora da Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato, Kátia Branco, lembrou que o debate é apenas uma das atividades em comemoração ao mês da Consciência Negra, lembrando que no próximo dia 23 haverá um ato público na Praça XV e uma festa no Botequim Bancário Especial, com show da cantora Jô Borges, no dia 25, sexta-feira.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS APRESENTA

Botequim bancário especial da

CONSCIÊNCIA NEGRA

Show com a cantora JÔ BORGES e banda

Apresentação: Marco Aurélio Hamellin

Organização: Secretaria de Cultura e Secretaria de Políticas Sociais

25/NOVEMBRO
a partir das 18h30
Av. Presidente Vargas, 502 21º

ENTRADA FRANCA

CONTRAF/CUT

Passeata reúne cerca de 25 mil pessoas contra pacotes da maldade de Temer e Pezão

FOTOS: NANDO NEVES



Milhares de pessoas participaram do protesto e da passeata contra os ataques aos direitos dos trabalhadores e os pacotes dos governos federal e estadual. A manifestação terminou em um ato em frente à Alerj

A passeata da Candelária à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), percorrendo à Avenida Rio Branco, no Centro do Rio, organizada pelas centrais sindicais e movimentos estudantis e sociais contra os pacotes de maldades dos governos Michel Temer e Luiz Fernando Pezão, reuniu uma multidão como há muito não se via na capital fluminense, na última sexta-feira, dia 11. Segundo os organizadores, entre 20 e 25 mil pessoas participaram do protesto. A atividade fez parte do Dia Nacional de Greves e Manifestações, que teve paralisações e atos em todo o país contra os ataques de Temer aos direitos dos trabalhadores.

Os manifestantes criticaram a Proposta de Emenda Constitucional 241 (atual PEC 55, no Senado), do governo federal, que congela por 20 anos os investimentos públicos em áreas essenciais, como saúde, educação, transportes, habitação e saneamento básico. Se o projeto de sucateamento do estado for aprovado, os serviços públicos se tornarão ainda mais precários, prejudicando principalmente a população mais pobre.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

O ato é contra, também, as mudanças que o governo quer impor no ensino médio através da Medida Provisória 746, sem sequer debater com a sociedade. Contra estas alterações, estudantes de todo o país ocupam escolas e universidades, num movimento que tem crescido nacionalmente e é considerado uma referência para as demais bandeiras de lutas dos trabalhadores. Os sindicalistas criticaram também a reforma da previdência, o projeto de

ampliação da terceirização e a reforma trabalhista. Esta última representa, na verdade, a desregulamentação das leis que protegem o trabalhador, previstas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A CRISE DO ESTADO

Em nível estadual, as críticas ficam por conta do pacote de Pezão, cortando o programa aluguel social, que atende pessoas de baixa renda que perderam suas casas em enchentes e desabamentos, como nas tragédias do verão na região serrana do Estado; o fim dos restaurantes populares; o aumento das passagens do Bilhete Único; o aumento de impostos que vai elevar ainda mais o custo de vida; a redução da folha de pagamento dos servidores com a redução de gratificações, o fim dos triênios e o achatamento salarial, inclusive com o congelamento dos salários e os descontos de 30% nos benefícios de aposentados e pensionistas. Os trabalhadores não aceitam pagar a conta de uma crise criada pela incompetência e corrupção em 12 anos de governos do PMDB, dois de Sérgio Cabral e um de Pezão.

“Somente a força do povo unido e mobilizado poderá barrar estes pacotes de maldades do Palácio do Planalto e do governo estadual contra a população. As elites forjaram uma crise e querem que os trabalhadores paguem a conta com redução de salários, de direitos e com a deterioração de serviços públicos essenciais”, critica a presidenta do Sindicato dos Bancários, Adriana Nalesso. Pela manhã, a categoria paralisou os prédios e unidades da Pio X, também no centro financeiro da cidade.



Pela manhã, os bancários pararam prédios e unidades da Pio X, no Centro. O Sindicato protestou contra as demissões, o assédio moral e os projetos de terceirização irrestrita e privatização de empresas e bancos públicos

Os campeões do desemprego

Itaú e Bradesco são as instituições financeiras privadas que mais faturam dinheiro no país e também as que mais cortam postos de trabalho

O setor financeiro possui uma lógica difícil de ser explicada pelos mais preparados especialistas: quanto mais a instituição fatura dinheiro, mais ela demite trabalhadores. É o caso dos dois maiores bancos privados do país, o Itaú e o Bradesco.

As duas empresas não param de incorporar novos bancos. A família Setúbal comprou o varejo do Citibank no Brasil por R\$710 milhões. Já o banco de Luiz Carlos Trabuco, comprou o HSBC por R\$16 bilhões.

O Itaú teve um lucro líquido de R\$5,39 bilhões no terceiro trimestre deste ano. Em nove meses, os ganhos da empresa já chegam a R\$16,3 bilhões. Apesar de tanta grana, o banco fechou nos últimos doze meses 2.753 postos de trabalho e 207 agências. Já o Bradesco lucrou no mesmo período, incluindo a incorporação do HSBC, R\$4,462 bilhões, somando R\$12,736 bilhões em nove meses. O banco cortou 4.790 postos de trabalho no período de um ano.

“Somente com o faturamento

das tarifas, os bancos cobrem, no mínimo, 120% o valor de toda a folha de pagamento. É inaceitável que o setor mais lucrativo do Brasil continue cortando postos de trabalho, reduzindo unidades e elevando o desemprego no país”, critica o diretor do Sindicato, Vinícius Assumpção.

Além da alta rotatividade, estratégia usada pelos banqueiros para demitir empregados mais antigos e contratar novos funcionários, com salários menores, a fim de reduzir custos e lucrar ainda mais, as unidades digitais têm sido o novo vilão do emprego no setor, resultando no fechamento das agências tradicionais. A própria direção do Itaú já anunciou que pretende reduzir, em dez anos, o número de funcionários pela metade.

“Os bancários, como os demais trabalhadores, vivem uma conjuntura desfavorável e muito dura. É preciso unidade e muita mobilização para enfrentarmos estes desafios e garantirmos o emprego e os direitos da categoria”, acrescenta Vinícius.